Presidentes, Governadores e Interventores do Estado do Ceará

Osmar Maia Diógenes*

1889 - 2015

Às 18h, o jornal *Diário da Tarde*, editado no Rio de Janeiro, publicava a seguinte matéria: "*A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em nova fase, pois pode se considerar finda a Monarquia".* (Costa, Cruz, 1972). Estava, assim, proclamada a República e o fim da Monarquia no Brasil.

A primeira comunicação no Ceará sobre o fato foi trazida pelo fio (telegrama) para importante casa comercial, cujo chefe, em pessoa, a levara ao presidente da Província, coronel Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, o qual, como medida acauteladora, convocou uma reunião em palácio para comunicar às autoridades o teor da notícia recebida.

No dia seguinte, 16 de novembro, às 14h, teve lugar no Passeio Público um grande encontro reunindo defensores e simpatizantes da causa republicana. No ato, foi designado o Sr. Manoel Bezerra de Albuquerque para levar ao presidente da Província, coronel Moraes Jardim a aclamação do novo governador do Estado do Ceará, o tenente coronel Luiz Antônio Ferraz, então comandante do 11° Batalhão de Infantaria.

Logo em seguida, o coronel Ferraz, em passeata, foi conduzido à sede do governo ao som festivo da banda de música do batalhão sob seu comando. Assim, instalou-se, sem qualquer reação, a República no Ceará.

O presente texto apresenta um relato cronológico dos administradores do Estado do Ceará, a partir da Proclamação da República, em 1889, eleitos de acordo com as novas regras constitucionais, que transformaram as antigas províncias em estados, conservando o título distintivo

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

de "Presidentes" até a Revolução de 1930. Nosso propósito volta-se aos eleitos a partir de 1947, com biografias, na verdade sucintas, enquanto, aos anteriores referimos nomes, datas e períodos representativos.

Os administradores, à época do Império, eram denominados "Presidentes de Província". Após a Proclamação da República, atendendo determinações constitucionais, passaram à denominação de "Presidentes de Estado". Observa-se que o termo "governador" aparece na primeira Constituição Estadual do Ceará, de 16 de junho de 1891, mas logo substituído por "Presidente", no ano seguinte, pela Constituição de 12 de julho de 1892. As Constituições Estaduais posteriores, de 1921 e 1925, mantiveram a denominação "Presidente de Estado." Somente com a Constituição Estadual de 1935 o termo Governador de Estado foi estabelecido.

Durante o primeiro ciclo Getulista (Revolução de 1930), ao fim do Estado Novo, em 1945, o governo central designou interventores federais de sua confiança para administrar os estados. Foram 19 os interventores no Ceará. Após 1945, com o processo de redemocratização, os gestores estaduais receberam a titulação de governadores.

CRONOLOGIA

- Luiz Antônio Ferraz. Coronel do Exército. 16 de novembro de 1889 a 9 de janeiro de 1891.
- João Cordeiro. Comerciante. 1º vice-governador. Assumiu de 9 a 22 de janeiro, e de 18 de fevereiro a 10 de março de 1891.
- Benjamin Liberato Barroso. Capitão de Engenharia. 2º vice-governador. 22 de janeiro a 6 de abril de 1891.
- Feliciano Antônio Benjamin. 1º vice-governador. Ten. Cel. de Engenharia. 6 de abril a 7 de maio de 1891.
- José Clarindo de Queiroz. General de Divisão. 28 de maio de 1891 a 17 de fevereiro de 1892, quando deposto por ordem de Floriano Peixoto.
- José Freire Bizerril Fontenele. Ten. Cel. de Engenharia. Comandante da Guarnição Federal e da Escola Militar. Assumiu *manu-militari* pela deposição de Clarindo de Queiroz, em 1892.
- Benjamin Liberato Barroso. Major de Engenharia. 1º vice-governador. 18 de fevereiro a 12 de julho de 1892.

- Antonio Pinto Nogueira Acióli. Magistrado. Primeiro vice-presidente, eleito pelo 2º Congresso Constituinte. 12 de julho a 27 de agosto de 1892.
- José Freire Bizerril Fontenele. Coronel do Exército. 27 de agosto de 1892 a 12 de julho de 1896.
- Senador Antonio Pinto Nogueira Acióli. 12 de julho de 1896 a 12 de julho de 1900.
- Pedro Augusto Borges. Médico militar. 12 de julho de 1900 a 12 de julho de 1904.
- Antonio Pinto Nogueira Acióli. 12 de julho de 1904 a 10 de março de 1908.
- José Pompeu Acióli. Primeiro vice-presidente em exercício. 7 de novembro de 1907 a 28 de fevereiro de 1908.
- Tibúrcio Gonçalves de Paula. Agricultor e criador. Vice-presidente. 10 de março a 12 de julho de 1908.
- Antonio Pinto Nogueira Acióli. 12 de julho de 1908 a 24 de janeiro de 1912, quando foi deposto.
- Belisário Cícero Alexandrino. Nasceu em Icó no dia 20 de abril de 1845, filho de Francisco José Alexandrino e Rita Alexandrino. Advogado e comerciante, sendo proprietário da farmácia Belisário em Iguatu, de onde foi Vereador e Intendente. Presidente da Assembleia Legislativa por oito anos e nessa condição assumiu o governo do Estado em substituição ao Comendador Nogueira Acióli no período de 18 de março a 17 de julho de 1910. Faleceu em Fortaleza em 10 de outubro de 1929.
- Antonio Frederico de Carvalho Mota. Vice-presidente. Comerciante. 24 de janeiro a 12 de julho de 1912.
- Marcos Franco Rabelo. Ten. Cel. de Engenharia. 14 de julho de 1912 a 14 de março de 1914, quando deposto.
- Fernando Setembrino de Carvalho. Coronel de Engenharia. 15 de março a 24 de julho de 1914.
- Benjamin Liberato Barroso. Coronel. 24 de junho de 1914 a 12 de julho de 1916.

- João Tomé de Sabóia e Silva. Engenheiro civil. 12 de julho de 1916 a 12 de julho de 1920.
- Justiniano de Serpa. Doutor em Direito. 12 de julho de1920 a 12 de julho de 1923.
- Ildefonso Albano. Vice-presidente. Comerciante. 12 de julho de 1923 a 12 de julho de 1924.
- José Moreira da Rocha. Desembargador. 12 de julho de 1924 a 19 de maio de 1928.
- Eduardo Henrique Girão. Doutor em Direito. Presidente da Assembleia. 19 de maio a 12 de julho de 1928.
- José Carlos de Matos Peixoto. Doutor em Direito. 12 de julho 1928 a 8 de outubro 1930, deposto pela Revolução de 1930.
- Manoel do Nascimento Fernandes Távora. Médico. 8 de outubro de 1930 a 13 de junho de 1931.
- João da Silva Leal. Major engenheiro militar. Secretário da Fazenda. 13 de junho a 21 de setembro 1931.
- Roberto Carneiro de Mendonça. Capitão do Exército. 22 de setembro de 1931 a 15 de julho de 1934.
- Olívio Dorneles Câmara. Desembargador. Secretário do Interior. 15 de novembro de 1932 a 23 de fevereiro de 1933; 26 de junho a 28 de agosto; e 12 a 17 de dezembro de 1933.
- George Cavalcante Siqueira. Bacharel em Direito. Secretário da Fazenda. 16 de julho a 5 de setembro de 1934.
- Felipe Moreira Lima. Coronel. 5 de setembro de 1934 a 10 de maio de 1935.
- Franklin Monteiro Gondim. Industrial. Secretário da Fazenda. 10 a 26 de maio de 1935.
- Francisco de Menezes Pimentel. Doutor em Direito. 26 de maio de 1935 a 3 de novembro de 1945. Demitido por Getúlio Vargas em 27 de outubro de 1945.
- José Martins Rodrigues. Doutor em Direito. Secretário do Interior. 16 de abril a 18 de julho de 1938.

- Manoel Antônio de Andrade Furtado. Doutor em Direito. 31 de outubro a 15 de dezembro de 1939; 31 de outubro a 7 de dezembro de 1942; 17 de janeiro a 17 de março de 1944; 8 de janeiro a 16 de fevereiro de 1945; e 14 de junho a 25 de julho de 1945.
- Benedito Augusto Carvalho dos Santos (Beni Carvalho). Doutor em Direito. 3 de novembro de 1945 a 10 de janeiro de 1946. Candidato a deputado federal, afastou-se do governo de 24 de novembro a 6 de dezembro de 1945.
- Daniel Augusto Lopes. Desembargador. Presidente do Tribunal de Apelação. 24 de novembro a 06 de dezembro de 1945.
- Tomaz Pompeu de Souza Brasil Filho. Secretário da Agricultura. Médico. 10 a 21 de janeiro de 1946.
- Acrísio Moreira da Rocha. Odontólogo. 21de janeiro a 16 de fevereiro de 1946.
- Pedro Firmeza. Bacharel em Direito. 16 de fevereiro a 2 de outubro de 1946.
- Luiz Cavalcante Sucupira. 7 a 28 de abril de 1946. Doutor em Direito. Professor.
- Carlos Livino de Carvalho. Desembargador e secretário do Interior. 22 de março a 4 de abril e 22 de junho a 1º de julho de 1946.
- José Machado Lopes. Coronel. 28 de outubro de 1946 a 28 de janeiro de 1947.
- Luiz Cavalcante Sucupira. Secretário da Fazenda. 29 de janeiro a 2 de fevereiro de 1947.
- Feliciano Augusto de Ataíde. Desembargador. Tomou posse a 3 de fevereiro de 1947.

GOVERNADORES

- Faustino de Albuquerque e Sousa. Desembargador – 1947 a 1951.
- Raul Barbosa. Bacharel em Direito – 1951 a 1954.
- Stênio Gomes da Silva. Bacharel em Direito – 1954 a 1955.
- Paulo Sarasate Ferreira Lopes. Jornalista – 1955 a 1958.
- Flávio Portela Marcílio. Doutor em Direito. Professor – 1958 a 1959.
- José Parsifal Barroso. Bacharel em Direito. Professor – 1959 a 1963.
- Virgílio de Moraes Fernandes Távora. Militar – 1963 a 1966.
- Franklin Gondim Chaves. Proprietário Rural – 1966.
- Plácido Aderaldo Castelo. Bacharel em Direito e Professor – 1966 a 1971.
- César Cals de Oliveira Filho. Coronel de Engenharia – 1971 a 1975.
- José Adauto Bezerra. Coronel – 1975 a 1978.
- José Waldemar de Alcântara e Silva. Médico – 1978 a 1979.
- Virgílio de Moraes Fernandes Távora. Militar. – 1979 a 1982.
- Manoel de Castro Filho. Bacharel em Direito – 1982 a 1983.
- Luiz de Gonzaga Fonseca Mota. Economista e Professor – 1983 a 1987.
- Tasso Ribeiro Jereissati. Empresário – 1987 a 1991; 1995 a 1998 e 1999 a 2002.
- Ciro Ferreira Gomes. Bacharel em Direito – 1991 a 1994.
- Benedito Clayton Veras Alcântara. Empresário – 2002.
- Lúcio Gonçalo de Alcântara. Médico – 2003 a 2006.
- Cid Ferreira Gomes. Engenheiro civil – 2007 a 2010; e 2011 a 2014.

- Camilo Sobreira Santana. Agrônomo – 2015 a 2018.
- Izolda Cela, na ausência temporária do governador Camilo Santana. Primeira mulher a assumir o governo do Ceará, de 14 a 20 de agosto de 2015.

Parte I: Período de 1947 a 1963

O período de 1947 a 1963 compreende o processo de redemocratização do país após o fim do Estado Novo (1937-1945), (Getúlio Vargas), ciclo ditatorial que se caracterizou pelo cerceamento da liberdade, fechamento do Congresso e intervenção nos governos estaduais.

O período pós-Estado Novo foi marcado pelo retorno à vida democrática, e à explosão demográfica nas grandes cidades, resultante da migração rural, início do processo efetivo de industrialização do Brasil, surgimento do populismo e, por fim, a realização de um pacto de conciliação entre a elite brasileira.

O Ceará refletiu todas essas mudanças, principalmente pela criação do Banco do Nordeste do Brasil, em 1954, que se tornou peça chave no processo de modernização da sociedade cearense.

O retorno ao regime democrático ensejou momentos de efervescência política, objetivando a instalação de representações partidárias. Nesse contexto, surgiu, em 1962, um projeto que marcou o cenário político cearense, denominado de "União Pelo Ceará", resultante da união de vários partidos, tais como o Partido Social Democrático – PSD, União Democrática Nacional – UDN, Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, e Partido Trabalhista Nacional – PTN.

O acordo nasceu para que, nas eleições de 1962, os grêmios políticos disputassem as próximas eleições com candidatos comuns ao governo do Estado, vice-governador e senadores da república. Em 1962, surgiu A *União pelo Ceará*, que se afigurava inacreditável, mas entendia-se como uma postura pragmática das representações democráticas na luta contra a "esquerdização" no Ceará. Um dos grandes artífices do movimento foi o ex-ministro Armando Falcão.

A chapa foi assim composta: Virgílio Távora para Governador, da UDN; vice-governador, Figueiredo Correia, do PSD, e para o senado Wilson Gonçalves – PSD, e Tancredo Halley de Alcântara – PTN. A surpresa foi a vitória de Carlos Jereissati, do PTB, para o Senado.

O movimento visava a preservação das instituições democráticas, assegurando, assim, a plenitude das liberdades individuais, o desenvolvimento econômico, o trabalho construtivo, a paz e a realização de uma administração capaz de contar com o apoio sólido dos seus representantes na Assembleia Estadual e no Congresso. Buscava, também, construir um plano de governo que propiciasse o desenvolvimento ao Estado em todas as áreas, trazendo bem-estar à coletividade cearense.

Apresentamos, em síntese, dados biográficos dos gestores que governaram o Ceará após a promulgação, em 16 de setembro de 1946, da quarta Constituição Republicana do Brasil.

JOSÉ MACHADO LOPES (Interventor Federal - 28 de outubro de 1946 a 3 de fevereiro de 1947)

Militar. Nasceu em 13 de maio de 1900, no Rio de Janeiro; filho de um comerciante e de uma professora. Faleceu em março de 1990. Atuou na 2ª Guerra Mundial como integrante da Força Expedicionária Brasileira – FEB. Posteriormente, assumiu os cargos de interventor federal no Ceará, e comandante do III Exército, em Porto Alegre, onde foi uma das figuras centrais da Campanha da Legalidade.

Iniciou a carreira militar aos 13 anos de idade no Colégio Militar de Barbacena, Minas Gerais. Aos 19 anos passou a frequentar a Escola Militar de Realengo, destacando-se entre os demais alunos. Em 1935, cursou a Escola do Estado Maior do Exército, no Rio de Janeiro, quando combateu os revoltosos que haviam tomado o 3º Regimento de Infantaria, Escola na Praia Vermelha, um dos focos da Intentona Comunista. Em 1944, foi membro da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, comandante do 9º Batalhão de Engenharia. Na Itália, participou da Batalha de Monte Castello (1944-1945) e da Batalha de Castelnuovo (1945).

Em 28 de outubro de 1946, foi nomeado interventor federal no Ceará, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, até 3 de fevereiro de 1947.

Em seu governo, o coronel Machado Lopes realizou importante ação beneficente, tendo como beneficiário o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, que recebeu do interventor a quantia de Cr$ 150, 000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para a instalação de uma tipografia nas dependências do Instituto.

Seu mandato teve fim em 31 de janeiro de 1947, quando o então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, exonerou-o do cargo, nomeando para o seu lugar o Desembargador José Feliciano Augusto de Ataíde.

JOSÉ FELICIANO AUGUSTO DE ATAÍDE (Interventor Federal – 3 de fevereiro a 1º de março de 1947)

Magistrado. Nasceu no dia 29 de outubro de 1875, em Recife, Pernambuco. Faleceu em Fortaleza, no dia 20 de março de 1966, aos 91 anos de idade. Foi um ilustre magistrado e político brasileiro. Nomeado interventor federal do Ceará, em 3 de fevereiro de 1947, pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra. Seu mandato expirou em 1º de março de 1947.

O desembargador Ataíde tomou posse no governo do Estado, como interventor, no dia 3 de fevereiro de 1947, às 10h, no Palácio da Luz, onde recebeu a administração do Estado das mãos do presidente do Tribunal de Apelação, o desembargador Leite Albuquerque.

Não permaneceu no cargo por muito tempo, pois assumiu o governo, apenas, até a efetivação do processo eleitoral para governador, iniciado em 1947, durante o governo do interventor Machado Lopes. É o próprio Feliciano de Ataíde quem faz a seguinte afirmação sobre o seu governo "É um processo transitório que apenas durará o tempo necessário, que vai da ultimação eleitoral, à proclamação do candidato". Permaneceu no governo do Estado até o dia 1º de março de 1947.

FAUSTINO DE ALBUQUERQUE E SOUSA (1° de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951)

Magistrado. Nasceu em 15 de dezembro de 1882, em Pacatuba, Ceará. Faleceu em Fortaleza no dia 10 de dezembro de 1961. Diplomou-se pela Faculdade de Direito do Ceará no ano de 1910. Inicialmente, dedicou-se ao magistério, lecionando na antiga Escola Normal e Liceu do Ceará. Posteriormente, foi nomeado diretor do Teatro José de Alencar, permanecendo no cargo até o ano de 1912.

Ingressou na magistratura, em 1914, como juiz substituto de Maranguape (Ato de 29 de maio do Interventor Federal), permanecendo no cargo até 1920, ano em que foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Barbalha. Em 31de dezembro de 1921 foi transferido para Camocim; e,

dois anos depois, designado para a Comarca de Baturité, em 14 de agosto de 1926.

De 22 de novembro de 1927 a 7 de fevereiro de 1928, teve assento no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará como Juiz convocado. Em 10 de março de 1928, foi nomeado desembargador, tomando posse em 13 de março de 1928. Nos anos de 1934, 1935 e 1937, esteve na presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Estado, órgão por ele instalado em 1934. Por ato de 4 de junho de 1945 foi nomeado presidente do Tribunal Eleitoral Regional do Ceará.

Vencedor das eleições de janeiro de 1946, o Desembargador Faustino de Albuquerque tomou posse no governo do Estado em 1º de março de 1947, às 15h, na Assembleia Legislativa. Às 18h, realizou-se a cerimônia de transmissão do cargo, recebendo das mãos do Desembargador Feliciano de Ataíde o cargo de governador do Estado. Permaneceu no governo até 31 de janeiro de 1951.

RAUL BARBOSA (31 de janeiro de 1951 a 30 de junho de 1954)

Bacharel em Direito. Nasceu no dia 19 de agosto de 1911, em Fortaleza, Ceará. Faleceu em Washington – EUA, em 16 de agosto de 1975, sendo sepultado em Fortaleza, em 20 de agosto de 1975. Tornou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará em 1935. Funcionário público estadual desde 1928. Em 1938, foi nomeado subprocurador geral do Estado, em seguida, procurador geral, e, por fim, procurador judicial.

Sua trajetória política teve início logo após a queda da ditadura do Presidente Getúlio Vargas, em 1945, sendo eleito deputado federal, para o período de 1945 a 1951.

Raul Barbosa foi fundador do jornal *O Estado*, professor da Escola de Comércio Fênix Caixeiral e presidente da Associação dos Promotores Públicos do Estado do Ceará. Presidiu o Banco do Nordeste do Brasil – BNB durante dez anos, tendo estruturado a Carteira de Crédito Industrial daquele órgão; e, por último foi diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Eleito governador do Estado do Ceará nas eleições de 1950, sua posse aconteceu no dia 31 de janeiro de 1951. No início do governo, enfrentou inquietações de natureza política, todavia, sua atuação foi, aos poucos, harmonizando os ânimos sob uma visão mais democrática. Determinado em disputar uma cadeira no Senado, o Dr. Raul Barbosa renunciou

ao governo passando o cargo ao vice-governador Stênio Gomes da Silva, no dia 30 de junho de 1954.

Foi agraciado com a Medalha do Mérito Industrial em 1974.

STÊNIO GOMES DA SILVA (30 de junho de 1954 a 25 de março de 1955)

Bacharel em Direito. Nasceu em 2 de junho de 1897, em Baturité, Ceará. Filho de Luiz Gonzaga Gomes da Silva e Maria Barreira Gomes da Silva, casou-se com Maria Luisa Philomeno Gomes. Faleceu em 29 de julho de 1961. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará, exerceu a advocacia, com escritório em Fortaleza.

Sua formação teve início no estudo primário no Instituto de Humanidades, em Baturité, concluída no Liceu do Ceará. Ingressou na Faculdade de Direito, em 1926, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1930.

Promotor da Comarca de Lavras da Mangabeira em 1931. Em 1933, foi indicado para o cargo de juiz municipal e, em seguida, para Juiz de Direito. Procurador Geral do Estado de 1937 a 1941. Em 1935, foi eleito deputado constituinte pela Liga Eleitoral Católica - LEC, e na eleição de 2 de dezembro de 1945, eleito deputado federal.

Sua trajetória política data de 1926, já na Faculdade de Direito, participando de eventos públicos promovidos dentro da instituição, atuando como membro ativo do Diretório do Partido Conservador Cearense e, posteriormente, do Partido Social Democrático – PSD. Em 1935, foi membro das comissões de Finanças e da Redação de Leis. Em 1945, participou da fundação do Partido Social Progressista – PSP, cujo líder nacional era Adhemar de Barros. Dois anos depois, concorreu ao cargo de prefeito de Fortaleza, mas perdeu a eleição para o seu concunhado, Acrísio Moreira da Rocha. Foi vice-governador do Estado do Ceará na chapa de Raul Barbosa.

Em 1954, o Governador Raul Barbosa decidiu disputar as eleições ao Senado, passando o governo ao vice-governador Stênio Gomes da Silva, que assumiu, em 30 de junho de 1954, tendo seu mandato expirado em 25 de março de 1955.

Sua administração destacou-se por concluir obras iniciadas pelo Governador Raul Barbosa, empenhando-se ao máximo nas áreas da agricultura e pecuária, por ter uma afinidade maior com elas, já que era fazendeiro em Quixeramobim.

PAULO SARASATE FERREIRA LOPES (25 de março de 1955 a 1° de julho de 1958)

Jornalista. Nasceu em 3 de novembro de 1908, em Fortaleza. Filho de Henrique Jorge Ferreira Lopes e Júlia Jorge Ferreira Lopes, faleceu em 23 de junho de 1968. Advogado, jornalista e professor. Concluiu o ensino primário no Colégio Nogueira; e, o secundário, nos colégios Miguel Borges e Liceu do Ceará. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará.

Exerceu os cargos de inspetor federal de ensino, procurador da Junta de Sanções do Ceará, procurador do Tribunal Regional Eleitoral e secretário da Faculdade de Direito do Ceará.

Em sua trajetória política exerceu mandatos de deputado estadual, de 1934 a 1938; deputado federal, de 1946 a 1951, e de 1951 a 1955; governador, de 1954 a 1958; deputado federal, de 1959 a 1963, e de 1963 a 1967; e senador, de 1967 a 1968.

Nas eleições de 1954 foi eleito governador do Estado, tomando posse no dia 25 de março de 1955, às 15h, na sede da Assembleia Legislativa, então sediada no Palacete Senador Alencar, onde hoje funciona o Museu do Ceará.

Renunciou ao cargo de governador, no dia 1º de julho de 1958, para candidatar-se à Câmara Federal pela legenda da União Democrática Nacional – UDN.

Recebeu a comenda de Grande Oficial da Ordem do Congresso Nacional em 1986. (In Memoriam).

FLÁVIO PORTELA MARCÍLIO (1º de julho de 1958 a 25 de março de 1959)

Bacharel em Direito e professor, nasceu em 12 de agosto de 1917, em Picos, Piauí. Filho de Francisco Carlos Marcílio e Celecina Portela Marcílio, casou-se com D. Nícia Moraes Correia, filha de Luiz Moraes Correia. Faleceu em Brasília no dia 26 de janeiro de 1992. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, advogado e professor da Faculdade de Direito. Elegeu-se vice-governador do Ceará em outubro de 1954. Em 1º de julho de 1958, com a renúncia do Governador Paulo Sarasate, assumiu o governo do Estado. Em 25 de março de 1959, passou o cargo ao professor Parsifal Barroso.

Sua trajetória política se inicia em 1954, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Em 1962, elegeu-se deputado federal pelo Ceará, exercendo o mandato até junho do mesmo ano, quando foi nomeado presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões. Permaneceu no cargo até a deposição do Presidente da República João Goulart, em 1964, quando retornou às atividades parlamentares. Com a extinção dos partidos e a formação do sistema bipartidário (Ato Institucional nº 2), filiou-se ao partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional – Arena, sendo reeleito deputado federal em 1966, 1970, 1974, 1978 e 1982. Eleito presidente da Câmara dos Deputados para os períodos de 28 de fevereiro de 1973 a 2 de fevereiro de 1975; 2 de fevereiro de 1979 a 26 de fevereiro de 1981; e, de 2 de fevereiro de 1983 a 28 de fevereiro de 1985.

Exerceu os seguintes cargos: docente-livre de Direito Penal e professor catedrático da Universidade Federal do Ceará; professor de Direito Internacional Público, Universidade de Brasília; professor de Direito Internacional Privado, Centro Universitário de Brasília; ministro aposentado do Tribunal de Contas do Estado do Ceará; juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará, de 1952 a 1954; vice-governador e governador do Estado do Ceará, de 1958 a 1959, quando o titular renunciou para candidatar-se a deputado federal; presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas – IAPTEC, de 1963 a 1964.

Recebeu as seguintes homenagens: Grande Colar da Ordem do Congresso Nacional; Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco; Grã-Cruz da Ordem do Mérito do Trabalho; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval; Grande Oficial do Mérito Naval; Grande Oficial do Mérito Aeronáutico; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; Grã-Cruz da ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; Grã-Cruz do Mérito de Brasília; Grande Oficial da Legião de Honra Francesa.

Sua estada no governo teve como função principal a conclusão do mandato de Paulo Sarasate. Permaneceu no cargo até março de 1959, quando o novo governador Parsifal Barroso tomou posse.

JOSÉ PARSIFAL BARROSO (25 de março de 1959 a março de 1963)

Nasceu em Fortaleza - Ceará, em 5 de julho de 1913. Filho de Hermínio Barroso e Emília Cunha Barroso, faleceu em Fortaleza no dia 21 de

abril de 1986. Foi Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1936, foi eleito deputado classista à Assembleia Legislativa do Ceará. Permaneceu na Assembleia até o advento do Estado Novo; e, a partir de então, passou a se dedicar à advocacia e ao magistério.

Sua trajetória política teve prosseguimento com a deposição do Presidente Getúlio Vargas, em 1945, quando se elegeu deputado constituinte pelo Ceará, na legenda do Partido Social Democrático – PSD. Em 1949, abandonou o magistério, dedicando-se à carreira política. No ano seguinte, foi eleito deputado federal pelo PSD do Ceará, assumindo a cadeira após deixar a Assembleia Legislativa do Estado. Nessa legislatura, foi membro da Comissão de Finanças, sendo o relator do Plano de Valorização da Amazônia.

Ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, elegeu-se senador pelo Ceará, em 1954. No governo de Juscelino Kubitschek foi ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, afastando-se do Senado por dois anos e meio.

Assumiu o Ministério em uma época de difícil definição política, em função dos compromissos estabelecidos com a coligação partidária que levara Juscelino ao poder. Parsifal tentou evitar a participação política da classe operária através do controle governamental das estruturas e lideranças sindicais. Decidiu tomar as medidas necessárias para impedir que a esquerda assumisse o controle dos sindicatos, tentando, até mesmo, anular eleições ganhas pelos comunistas.

Em março de 1958, durante uma reunião de Juscelino com os governadores nordestinos, foi designado membro da comissão instituída para coordenar o auxílio ao Nordeste, que sofria os efeitos de grande seca. Nesse mesmo ano, com o propósito de concorrer ao governo do Ceará, afastou-se do Ministério. Retornou ao Senado para continuar seu mandato, sendo membro das comissões de Finanças e de Segurança Nacional. Em outubro de 1958, elegeu-se governador do Ceará pela legenda das Oposições Coligadas, formada pelo PSD, PTB e o Partido de Representação Popular – PRP. Assumiu o governo cearense, em 25 de março de 1959, cujo mandato expirou em março de 1963.

Exerceu o governo do Estado sob três presidências da República: a de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Com o regime instaurado pelo movimento político-militar de 1964, retirou-se das funções públicas.

A partir de 1973, foi vice-líder da Arena, reeleito deputado federal pelo Ceará no pleito de novembro de 1974. Novamente vice-líder da Arena a partir de abril de 1975. Tornou-se membro da Comissão de Ciência e Tecnologia e suplente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados. Ainda, em 1975, foi escolhido primeiro vogal da Fundação Milton Campos para Pesquisas e Assuntos Políticos.

Nomeado ministro conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, renunciou a seu mandato de deputado federal em 1977. Em 1979, foi nomeado presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, retornando, posteriormente, à função de ministro conselheiro.

Redator do jornal *O Estado,* de Fortaleza, sócio do Sindicato de Jornalistas Profissionais (RJ) e membro da Associação Cearense de Imprensa, foi membro efetivo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará).

Parte II: Período de 1963 a 1983

Em 1956, Juscelino Kubitschek foi eleito Presidente da República, iniciando uma nova fase populista no país, seguido por Jânio Quadros e João Goulart. De 1961 a 1964, Juscelino Kubitschek, com sua política desenvolvimentista, atuou fortemente na Região Sudeste do Brasil.

O recorte que compreende os anos de 1963 a 1983 coincide com o período de grandes mudanças econômicas e políticas no Brasil. A implantação do Regime Militar exerceu uma clara influência nas indicações de militares a cargos de governador. O desenvolvimento do Estado tornou-se consequência das ações e propostas apresentadas pelos militares junto ao governo federal.

Com a ascensão do regime antidemocrático, as liberdades civis e políticas foram afetadas. O cerceamento intensificou-se com o decreto do bipartidarismo, tendo como representantes o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, e a Aliança Renovadora Nacional – Arena, sendo a última a mais expressiva, formada por um conglomerado de antigos partidos opositores aos governantes populistas, tornando-se o partido de sustentação do governo militar.

No Ceará, Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals compuseram o chamado "triunvirato de coronéis", responsáveis por governar o

Estado durante 12 anos, tendo como base a política desenvolvimentista, modelo adotado pelo governo federal.

Durante o governo dos "coronéis", o Ceará recebeu investimentos em setores básicos da economia, sobretudo na distribuição de energia elétrica. Tais investimentos, que, também, incluíram a indústria, visavam a recuperar o Ceará da crise gerada pelos governos populistas, por meio do remanejamento da mão de obra qualificada e incrementos à gestão portuária estadual.

Este é um breve relato do cenário político local e nacional durante os vinte anos do regime de exceção no país. Nas páginas seguintes expõem-se os atores políticos que governaram o Ceará durante esse período.

VIRGÍLIO DE MORAES FERNANDES TÁVORA (1963-1966 e 1979-1982)

Coronel e engenheiro militar. Nasceu em 29 de novembro de 1919, em Fortaleza, Ceará. Filho de Manuel do Nascimento Fernandes Távora, médico e político, e de Carlota Augusta de Moraes Fernandes Távora. Casou-se com Luísa Morais Correia Távora, com quem teve dois filhos. Faleceu em São Paulo, no dia 3 de junho de 1988. Atuou como militar e político.

Descende de família influente na política cearense, seu pai foi deputado, no período de 1913 e 1914, e novamente entre 1917 e 1919. Foi interventor federal do Estado do Ceará de 1930 a 1931 e senador de 1943 a 1963. Teve participação ativa na fundação e desenvolvimento da União Democrática Nacional – UDN, sendo, também, um de seus presidentes.

Virgílio Távora ingressou na vida militar influenciado pelo seu tio, capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora. Em 1936, cursa a Escola Militar do Realengo, Rio de Janeiro. Continuou seus estudos complementares na Escola de Estado Maior do Exército; e, formou-se engenheiro na Escola Superior do Exército.

Segundo tenente, em 1939, e 1º tenente, em 1941. Promovido a capitão em 1944, e a major, em 1950. Em cinco anos, atingiu o posto de tenente-coronel, encerrando sua carreira militar no posto de coronel, conquistado em 1960.

Iniciou a carreira política em 1950, elegendo-se deputado federal do Ceará pela União Democrática Nacional – UDN, reelegendo-se em 1954.

Em 1957, concorreu ao governo do Ceará, sendo derrotado pelo candidato José Parsifal Barroso. Em 1959, ocupou cargo de oposição no Conselho de Administração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), cujo objetivo era a construção da futura capital, Brasília. Tornou-se membro do Conselho Nacional do Serviço Social Rural e foi reeleito vice-presidente do diretório nacional de seu partido.

No mesmo período, ainda em 1959, Virgílio Távora foi designado secretário geral da comissão nacional pró-candidatura de Jânio Quadros. Estando o país sob o governo parlamentarista de João Goulart, iniciado em setembro de 1961, Virgílio foi nomeado, por indicação da União Democrática Nacional – UDN, ministro da Viação e Obras Públicas. Atuou, proporcionando a intensificação do ritmo de trabalho no Polígono das Secas, percorrendo as principais regiões afetadas.

Em 1962, elegeu-se governador do Ceará, levado ao cargo pela "União pelo Ceará", coligação política envolvendo a UDN e o PSD, aliança que, por sua vez, seria a base da Arena no Estado. A exemplo do que fez Juscelino Kubitschek, em nível federal, Virgílio Távora criou um plano de metas para o Estado, o chamado Plano de Metas Governamentais – PLAMEG, a fim de industrializar e estimular a economia do Ceará. Para isso, foi necessário o envolvimento de um corpo técnico desenvolvido em governos anteriores, composto pelo Banco do Nordeste do Brasil, a Universidade Federal do Ceará e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. A instalação da Superintendência de Desenvolvimento do Ceará – CODEC - foi resultado desse esforço.

Durante o primeiro mandato de governador, de 1963 a 1966, foi construida a Usina Hidrelétrica Paulo Afonso, conseguindo ofertar energia elétrica a todo o Estado, incrementando a infraestrutura local e a implantação do Distrito Industrial.

Em 1966, iniciou novo mandato como deputado federal, agora sob a legenda da Arena. Nesse mandato, exerceu grande influência e importância no cenário político estadual, relevância essa que se consolidaria durante todo o período da ditadura militar.

Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1971, para assumir, em fevereiro, cadeira no Senado Federal. Já sob o governo do General Emílio Garrastazu Médici, tornou-se vice-líder da Arena, encarregado da defesa da política econômica do governo no Senado. Participou da campanha em defesa da política nuclear brasileira, adotada desde 1969,

tendo, ainda, tomado parte nas negociações realizadas em 1973, para a concretização dos termos em que se consubstanciou o Acordo Nuclear Brasil - Alemanha.

Durante o governo do General Ernesto Geisel, em 1975, voltou à vice-liderança da Arena e, na qualidade de vice-presidente nacional de seu partido, coube-lhe a responsabilidade de sustentar a discussão dos assuntos relacionados com a política econômica do governo no Senado. Assim, no início de 1977, foi escolhido pelo governo federal para sustentar, no Congresso, os debates em torno do acordo nuclear com a Alemanha, tendo promovido a edição de documentos e pronunciamentos referentes ao contrato.

Indicado, em 1978, governador do Ceará em eleição indireta, pelo presidente Ernesto Geisel. Participou de uma campanha fervorosa contra o seu opositor, e também Ex-Governador César Cals. Vitorioso, assumiu o cargo em 15 de março do ano seguinte, tendo sido o último governador eleito indiretamente. Ao assumir novamente o governo do Estado, para o período de 1979 a 1982, deu continuidade ao Plano de Metas Governamentais, o PLAMEG II.

Com a extinção do bipartidarismo, em novembro de 1979, e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Democrático Social – PDS. Em maio de 1982, desincompatibilizou-se do cargo de governador para candidatar-se a uma cadeira no Senado. Nesse pleito, conseguiu eleger-se senador pelo Ceará, na legenda do PDS, assumindo a cadeira no Senado, em fevereiro de 1983.

Em novembro de 1987 votou na Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte a favor dos cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney. Em março de 1988, na sessão que decidiu o sistema de governo, votou a favor do presidencialismo.

FRANKLIN GONDIM CHAVES (1966)

Nasceu a 10 de fevereiro de 1908, em Fortaleza. Filho de Sindulfo Serafim Freire Chaves e Dulcinéa Gondim Chaves. Faleceu em Fortaleza no dia 20 de dezembro de 1992.

Foi vereador na Câmara Municipal de Limoeiro do Norte-CE, de 1935 a 1937, ocupando a presidência da mesma. Idealizador e fundador da Escola Rural de Limoeiro do Norte-CE, e um dos fundadores e presidente da Sociedade Pró-Educacional Rural de Limoeiro do Norte-CE. Fundou e

presidiu a Sociedade dos Amigos de Limoeiro do Norte-CE. Foi presidente do Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo da Diocese de Limoeiro do Norte-CE e presidente do Círculo de Operários Católicos.

Foi o 3º membro da família Chaves a ter assento na Assembleia Legislativa do Ceará, pois foram igualmente deputados: o seu avô, Coronel Serafim Tolentino, e o seu tio, Dr. Leonel Serafim Freire Chaves. Governador do Ceará, de 12 de agosto a 12 de setembro de 1966. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, em 1970.

PLÁCIDO ADERALDO CASTELO (1966-1971)

Advogado. Nasceu em 11 de janeiro de 1906, em Mombaça, Ceará. Filho de João Fernandes Castelo, prefeito de Mombaça (1935), e Antonina Aderaldo Castelo, sobrinha-neta do Barão de São Leonardo. Casou-se com Joana Freire Castelo (Netinha), com quem teve doze filhos. Faleceu em Fortaleza no dia 17 de junho de 1979. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará em 1930. Atuou como advogado, jornalista e político.

Exerceu carreira jurídica como advogado, juiz municipal em Juazeiro do Norte, conselheiro vitalício do Tribunal de Contas do Estado, procurador judicial do Estado do Ceará e promotor de justiça das comarcas de Quixadá e Fortaleza.

Como jornalista trabalhou nos jornais *Gazeta de Notícias*, *O Nordeste*, *Correio do Ceará*, e fundou o panfleto *A Farpa*. Realizou, também, atividades docentes como professor no Colégio Cearense e no Colégio Nogueira, dentre outros.

Na política, exerceu cargos como o de 1º Secretário e o de 2º Vice-Presidente do Poder Legislativo Estadual. Fundou o Instituto de Previdência do Estado do Ceará - IPEC. Prefeito interino de Fortaleza, de 30 de outubro a 17 de novembro de 1945. Como deputado estadual constituinte, em 1935, participou da elaboração da Constituição do Estado. Elegeu-se deputado estadual para os mandatos de 1951 (suplência), 1955, 1959 (suplência) e 1963.

Ocupou o cargo de governador do Ceará de 1966 a 1971. Como escritor publicou várias obras, dentre elas: *A Constituição Republicana e a Federação* (tese, 1929); *Metodologia do Ensino da História* (1928); *Educação do Sertanejo* (1931); *A Escola Normal Rural* (1932); *Açudagem, Irrigação e Obras Contra as Secas* (1934); *O Instituto do Algodão e o*

Crédito Agrícola (1937); *Problemas Agropecuários do Ceará* (1957*); O Deputado Paula Rodrigues* (1963); *História Política do Ceará* (1963); *História do Ensino no Ceará* (1970). Pertenceu ao Instituto do Ceará e à Academia Cearense de Letras. Em sua homenagem, o maior estádio de futebol da capital cearense, popularmente conhecido como Castelão, chama-se Estádio Governador Plácido Castelo.

CÉSAR CALS DE OLIVEIRA FILHO (1971-1975)

Coronel e engenheiro militar. Nasceu em 30 de dezembro de 1926, em Fortaleza, Ceará. Filho de César Cals de Oliveira e Hilda Diogo de Oliveira. Faleceu em Fortaleza no dia 10 de março de 1991.

Iniciou carreira militar na Escola Militar do Realengo, Rio de Janeiro, em 1943. Graduou-se engenheiro elétrico pelo Instituto Militar de Engenharia – IME e em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1954.

Serviu como oficial de Infantaria no 23° Batalhão de Caçadores/ Ceará e instrutor da Escola Preparatória. Desempenhou papel de grande importância no Departamento de Energia da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Diretor do Departamento de Energia Elétrica do Piauí, diretor e conselheiro das Centrais Elétricas Brasileiras e presidente da Companhia Nordeste de Eletrificação e Centrais Elétricas do Maranhão. Exerceu o magistério como professor de Engenharia, e atuou como conselheiro de Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Iniciou a atividade política, em 1970, quando foi escolhido pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, Governador do Ceará para o período de 1971 a 1975. Durante o seu governo, César Cals incentivou o renascimento da cultura do café no Estado, e o surgimento das indústrias relacionadas ao caju.

Especialmente no ano de 1973, César Cals provocou o chamado "ano da indústria", quando conseguiu fortalecer e ampliar o parque industrial existente no Ceará, criando a base para uma diversidade de atividades industriais, como a dos "cinco perfis industriais": o "polo têxtil", o "coureiro-calçadista", o de "frutas tropicais", o "pesqueiro" e o "eletroeletrônico". O foco nesses polos se baseou em uma visão realista da matéria-prima existente no estado, buscando tirar proveito da cultura, histórico de produção e desenvolvimento desses setores no Ceará.

Em 1978, voltou ao cenário político como Senador pela Aliança Renovadora Nacional - Arena, tempo em que Almir Pinto assumiu, como suplente, pois passou a maior parte de seu mandato ocupando o cargo de Ministro das Minas e Energia, entre 1979 e 1985, durante o governo do Presidente João Figueiredo.

Em sua gestão como ministro viabilizou o Programa Nacional do Álcool, inclusive com a construção do primeiro carro a álcool no país. Em 1985, um milhão e duzentos mil veículos trafegavam pelo país, movidos por esse combustível. Em 5 de maio de 1984, inaugurou a Usina Hidrelétrica de Itaipu, considerada uma das maiores do mundo, e em novembro do mesmo ano inaugurou as usinas de Sobradinho e Paulo Afonso IV.

Disputou sua primeira eleição direta em 1986, candidato à reeleição ao senado federal, porém sem êxito. Filiou-se ao Partido Social Democrático – PSD, em 1988.

Ao lado de Virgílio Távora e Adauto Bezerra, formou o triunvirato de Coronéis que dominou o cenário político estadual durante duas décadas.

JOSÉ ADAUTO BEZERRA (1975-1977)

Militar. Coronel. Nasceu em 3 de junho de 1926, em Juazeiro do Norte, Ceará. Filho de José Bezerra de Menezes e Maria Amélia Bezerra, sempre almejou a carreira militar. Após passar pelo Colégio Cearense; e, posteriormente, pela Escola Preparatória de Fortaleza, alcançou seu objetivo, ingressando na Academia Militar de Agulhas Negras, no Rio de Janeiro.

Concluiu o curso na Academia Militar, em 1949, declarado Aspirante. No ano seguinte, foi promovido a Segundo Tenente; em 1952, promovido a Primeiro Tenente, em 1954, a capitão; e a Major, em 1964.

Em 1958, Adauto Bezerra deu início à sua carreira política, concorrendo pela União Democrática Nacional – UDN - a deputado estadual, cargo no qual permaneceu pela mesma legenda em 1962.

Reeleito por duas vezes, em 1967 e 1971, pela Aliança Renovadora Nacional - Arena. Como deputado estadual, ocupou a presidência da Assembleia Legislativa nos anos de 1962, 1971 e 1972. Disputou o pleito de 1978, eleito deputado federal. Em 1985, transferiu-se para o Partido da Frente Liberal – PFL. Em 1986, concorreu ao governo do Ceará, perdendo a eleição para o candidato Tasso Jereissati.

Em maio de 1990, foi nomeado para o comando da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene - pelo presidente Fernando Collor.

JOSÉ WALDEMAR DE ALCÂNTARA E SILVA (1978-1979)

Médico. Nasceu em 12 de abril de 1912, em São Gonçalo do Amarante, Ceará. Filho de Raimundo Nonato da Silva e de Luiza de Alcântara e Silva. Faleceu no dia 10 de dezembro de 1990. Veio para Fortaleza em 1928, para dar continuidade aos estudos no Colégio Castelo, no Liceu do Ceará e no Ginásio São João. Visando à carreira de médico, após o término dos estudos em Fortaleza, dirigiu-se a Salvador, formando-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1938.

Em 1939, fez o curso de sanitarista, sendo nomeado médico sanitarista do Departamento de Saúde Pública do Estado do Ceará. Em seguida, assumiu a chefia do posto de saúde, em Quixadá, onde, efetivamente, iniciou sua carreira de médico. Waldemar exerceu os cargos de chefe do Centro de Saúde de Fortaleza, diretor do Departamento Estadual de Saúde, secretário de Educação e Saúde e secretário de Saúde, diretor do Banco do Nordeste do Brasil. Também esteve à frente de diversas instituições: presidente da Policlínica Dona Libânia, presidente do Instituto dos Cegos, diretor da Faculdade de Medicina, presidente do Centro Médico Cearense, presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Ceará – CCM (atual TCM), presidente da Academia Cearense de Medicina, presidente do Instituto do Câncer do Ceará.

Eleito deputado estadual, com a maior votação do Ceará, cumpriu mandato de 1947 a 1951. Em 1954, assumiu a cadeira de deputado federal, em decorrência da morte do deputado Walter de Sá Cavalcante. Ainda em 1954, foi eleito deputado estadual, pelo PSD, sendo o mais votado do partido. Com a extinção dos partidos políticos, em 1964, integrou-se à Aliança Renovadora Nacional – Arena, da qual foi vice-presidente do Diretório Estadual.

Suplente do Senador Paulo Sarasate, com o falecimento deste, assumiu o mandato de 1968 a 1974. Durante o mandato de senador, Waldemar foi membro da Comissão de Saúde, presidente da Comissão de Segurança Nacional e de Assuntos Regionais, relator do Projeto de Lei que criou o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN e coordenador geral da Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste – Cocene.

Eleito vice-governador do Estado pela Assembleia Legislativa, tomou posse em 15 de março de 1975. Com a renúncia do Governador Adauto Bezerra, assumiu o governo do Estado, em 28 de fevereiro de 1978, permanecendo até 15 de março de1979.

Condecorado com a Medalha da Abolição. Recebeu o título de *Doutor Honoris Causa,* por decisão unânime do Conselho Universitário da Universidade Federal do Ceará.

VIRGÍLIO DE MORAES FERNANDES TÁVORA (1979/1982)

Registro às páginas 142/144.

MANUEL DE CASTRO FILHO (1982-1983)

Nasceu em 1º de julho de 1912, em Morada Nova, Ceará. Filho do Coronel Manuel Castro Gomes de Andrade e de Maria Cândida Gomes de Andrade, casou-se com Osmira Eduardo de Castro. Morreu no dia 18 de setembro de 1995 em Fortaleza.

Teve importante passagem pela Assembleia Legislativa do Estado como deputado estadual, cargo que exerceu por sete mandatos consecutivos: 1951; 1955; 1959; 1963; 1967; 1971; e 1975.

Como vice-governador do Ceará, assumiu o governo para completar o mandato de Virgílio Távora que se afastara para concorrer a uma vaga no Senado, com o qual mantinha sólidos laços de amizade e companheirismo partidário. Exerceu o cargo entre 1982 a 1983. Durante o seu governo, com duração de apenas nove meses, criou o PROMOVALE, ambicioso projeto de irrigação para o Vale do Jaguaribe.

Parte III: Período de 1983 a 2014

O período, a partir de 1983, foi marcado por mudanças profundas na forma de pensar e fazer política no Brasil. O país, saído de um período de exceção democrática, começava a "caminhar", novamente, para a democracia, através das primeiras eleições diretas para os governos estaduais, em 1983.

Esse ciclo marcou uma nova etapa no processo eleitoral brasileiro. Ao substituir o bipartidarismo imposto pelo governo militar, o pluripar-

tidarismo dificultaria a estrutura clientelista praticada até então, dando margem à ascensão dos novos atores que comporiam o quadro político.

Em um primeiro momento, a vitória de Luiz de Gonzaga Fonseca Mota nas eleições de 1983 poderia ter apenas reforçado o poder exercido pelos coronéis, mesmo durante a abertura política. No entanto, Gonzaga Mota distancia-se de seus antigos aliados e apoia Tancredo Neves às eleições diretas. É sob o patrocínio de Gonzaga Mota que o jovem empresário Tasso Jereissati surge no cenário político do Estado.

Tasso, em 1986, foi eleito governador do Ceará. Obteve uma votação histórica que deixava claro o seu projeto de governo em relação às "forças de atraso", maneira de designar as estruturas vistas como ultrapassadas.

Após a constituição de 1988, mudanças aconteceram no Brasil, no que tange às reformas na legislação eleitoral. As eleições passaram a acontecer em dois turnos, os jovens, a partir de 16 anos, puderam votar através do voto facultativo, bem como os analfabetos, e o processo eleitoral passou a ser informatizado, sendo instituída a urna eletrônica. Todos esses fatores ajudam, também, a compreender a conjuntura nacional, que teve início com o fim do regime militar e permeia o Ceará até os dias atuais.

LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA (1983-1986)

Economista e professor. Nasceu em 9 de dezembro de 1942, em Fortaleza. Filho de Fernando Cavalcante Mota e Maria Helena Fonseca Mota, casou-se, em 3 de setembro de 1966, com Mirian Porto Mota, com quem teve quatro filhos (Antônio José, Luiz Fernando, Mirian e Luiz de Gonzaga).

Sua vida pode ser destacada analisando-se quatro áreas: acadêmica; técnica; política; e literária.

Cursou o Colégio Cearense dos Maristas, a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará – UFC, pós-graduou-se em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro), e participou no Brasil e no exterior de cursos intensivos e de seminários, principalmente sobre Desenvolvimento Econômico, Relações Internacionais e Política.

Em 1970, ingressou no corpo docente da Universidade Federal do Ceará, passando a lecionar a disciplina Análise Monetária. Ex-professor, também, do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste – CAEN - e de Macroeconomia em cursos de extensão e de atualização, promovidos pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB - e pela Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento – ABDE. Proferiu palestras

em diversos estados do Brasil e em países da América Latina (México, Venezuela, Peru, Argentina, Chile e Uruguai), abordando temas relacionados com Políticas Internacionais, sobretudo, com Comércio Exterior.

No ano de 1971, foi admitido na carreira de técnico em desenvolvimento econômico do BNB, ocupando, dois anos depois, a chefia da Coordenadoria de Planejamento Integrado.

Como professor da UFC e técnico do BNB, participou da elaboração de vários trabalhos importantes para o Estado do Ceará e também para a Região Nordeste.

Por sugestão do então Ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen (1978) ao governador eleito do Ceará, Virgílio Távora, Gonzaga foi convidado e aceitou coordenar o II Plano de Metas Governamentais (1979-1983). Após a conclusão do texto assumiu a Secretaria de Planejamento do Estado. Assessorando o Governador Virgílio Távora e por ele orientado, desenvolveu uma ampla ação no encaminhamento de investimentos básicos e sociais, tanto na área urbana quanto na rural, previsto no Plano de Metas.

Em eleições diretas no ano de 1982, foi eleito governador do Estado do Ceará para o período de 1983 a 1987. Tendo por base o Plano Estadual de Desenvolvimento, realizou um trabalho de largo alcance social, principalmente quando ocorreram secas e enchentes no território cearense. Sua ação foi significativa, até hoje lembrada pelas populações interioranas. Dona Mirian, sua esposa, criou a "Missão Asa Branca", para ajudar as populações carentes do Ceará.

Apesar das dificuldades financeiras, motivadas, em grande parte, por retaliações do governo federal, a administração Gonzaga Mota ampliou a infraestrutura física, os serviços de educação e saúde, defendeu os direitos humanos e deu condições dignas às instituições e às pessoas integrantes do Sistema de Segurança Estadual.

Rompeu com o governo federal ao negar apoio à candidatura de Paulo Maluf à presidência da República pelo Partido Democrático Social – PDS, aliando-se, assim, ao grupo dissidente do PDS, que viria a formar um novo partido, o Partido da Frente Liberal – PFL. Esse grupo, junto à oposição, o PMDB, veio fazer coro à eleição de seu concorrente, Tancredo Neves, na chamada "Aliança Democrática". Gonzaga Mota, antes, apoiou, também, a campanha das "Diretas Já". Pagou alto preço por essa decisão, com o bloqueio das transferências de recursos federais.

Ao lado de Tancredo Neves, Aureliano Chaves, Ulysses Guimarães, Marco Maciel, José Richa, Franco Montoro, dentre outros, ajudou a lançar as bases da redemocratização do Brasil.

Exerceu em três legislaturas o mandato de deputado federal (1991, 1995 e 2003). Na Câmara dos Deputados foi presidente das Comissões Permanentes de "Finanças e Tributação" e de "Economia e Comércio", bem como presidiu várias comissões especiais, sendo relator de projetos importantes para o país, cabendo destacar o da criação do Plano Real.

Ainda, como deputado, foi membro do Parlamento Latino-Americano, sendo presidente da Comissão de Economias Emergentes (1997-1998) e secretário da Comissão de Assuntos Econômicos (2003-2004).

Nas suas atividades técnicas, acadêmicas e políticas, o professor Gonzaga Mota escreveu vários textos, monografias e livros, tais como: *Introdução à Análise Monetária*; *Exercício de Moedas e Bancos*; *Noções sobre Taxas de Crescimento*; *Operações de Underwriting*; *Noções sobre Balanço de Pagamentos*; *Nordeste-Desafio Nacional*; *A Questão Social Brasileira*; *Reflexões-Discursos Parlamentares; e A Realidade Econômica e Social da América Latina*. Participou da elaboração do livro de entrevistas *Lições de Mestres*, da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento – ABDE, editado pela Editora Campus, junto a Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Maria da Conceição Tavares, Jarbas Passarinho, Gert Rosenthal, dentre outros.

Membro efetivo do Instituto do Ceará e sócio efetivo da Academia Metropolitana de Letras. Em suas atividades literárias escreveu: *Ideias* (coletânea de artigos publicados pelo jornal Diário do Nordeste); *Textos para Reflexão*; e os quatro livros de poemas: *Ao Vento*; *Amor de Dor*; *Sonhos*; e *Ondas Agitadas*.

Conforme o ex-presidente da Assembleia Legislativa, Antônio Câmara,

> "a honradez de Gonzaga Mota, o seu desempenho nas esferas estadual e nacional, sua formação familiar, ética e intelectual, o seu elevado espírito público, sua grande visão social e democrática, despertam a inveja, plena de ambições de todos os matizes, de pessoas e grupos desligados dos princípios básicos da cidadania e possuidores de sentimentos de ódio e ingratidão". Sempre enaltecendo a liberdade, disse, certa vez: "ser livre é expandir a arte de pensar, em busca da sabedoria, apoiando-se nos ensinamentos de Deus."

Nas eleições de 1986, já no Partido do Movimento Democrático Brasileiro, indicou o nome do jovem empresário Tasso Jereissati à sucessão governamental do Estado.

TASSO RIBEIRO JEREISSATI (1987-1991, 1995-1998 e 1999-2002)

Empresário. Nasceu em 15 de dezembro de 1948, em Fortaleza. Filho do Senador Carlos Jereissati e de Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati. Casou-se com Renata Queiroz, filha do renomado empresário cearense Edson Queiroz, com quem teve quatro filhos. Sua vocação política pode ser explicada pela influência paterna, seu pai foi um político experiente, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, partido no qual se elegeu deputado federal, em 1954; e senador, em 1962.

Formou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, em 1972. Seguindo as orientações de sua mãe, deu continuidade às atividades empresariais da família após o falecimento de seu pai, em 1963. Como diretor do grupo Jereissati, no Ceará, em 1973, inaugurou o primeiro shopping center de Fortaleza. Em 1982, mais uma vez, surpreendeu o meio empresarial com a inauguração do primeiro grande shopping do estado, o Iguatemi Fortaleza.

Consolidando sua influência no meio empresarial, tornou-se presidente do Centro Industrial do Ceará – CIC - em 1981. Além de presidente do CIC, foi conselheiro do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampla – IPCA, da Fundação IBGE; membro do Conselho de Política Econômica e Social da Confederação Nacional da Indústria – CNI e do Conselho Empresarial Brasil - Estados Unidos.

Para além das questões industriais e comerciais desempenhadas pelo centro industrial, e de seus representantes, cabe ressaltar o caráter político assumido pela entidade durante o final da década de 1970. Em 1978 a entidade é reativada, pela primeira vez, com um presidente próprio, já que, até então, o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC - era quem também assumia o CIC. Nesse mesmo período, entrou em cena o grupo dos chamados "jovens empresários".

O clima de mudanças político-sociais do final do regime militar mobilizou diversos setores da sociedade civil, dentre eles o dos "jovens empresários". Tasso Jereissati participou do grupo em ascensão, como

mais tarde foi o representante desse anseio de mudanças. Os fóruns promovidos pelo CIC durante a presidência de Tasso foram além dos debates sobre questões econômicas, políticas e sociais, levantando bandeiras como a das eleições diretas e assumindo a organização do primeiro comitê eleitoral de apoio à candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República.

Em 1986, Tasso Jereissati filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, como candidato ao governo do Ceará. Seu principal adversário foi o coronel Adauto Bezerra, pela coligação Partido da Frente Liberal/Partido Democrático Social – PFL/PDS. Tasso venceu as eleições de 1986 com a coligação Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, Partido Democrata Cristão – PDC, Partido Comunista Brasileiro – PCB e Partido Comunista do Brasil – PCdoB, um marco histórico, já que, até então, seu principal concorrente representava uma força política presente no Estado desde a década de 1960, em um revezamento de poder que perdurou por todo o regime militar. O candidato Jereissati venceu as eleições com mais de um milhão de votos, ou 52,32%, enquanto Adauto Bezerra recebeu 800 mil votos, 30,01%. O "Grupo das Mudanças" não apenas elegeu o governador, mas também dois senadores, 12 deputados federais e 24 estaduais.

Em 1994 foi eleito para mais um mandato como governador do Ceará, dessa vez pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Com 55,32 % do eleitorado venceu Juracy Magalhães, do PMDB, seu principal adversário ao pleito, obteve 37,61%. Na sua segunda gestão (1995-1998), pôs em prática o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará, atuando na proteção ao meio ambiente, com o reordenamento do espaço; na geração de emprego e renda; na capacitação da população; e no estímulo à cultura, ciência e tecnologia.

Tasso deixou sua marca por ser um dos dois únicos políticos do Ceará a governar o estado por três mandatos. Em 1998, venceu as eleições com uma boa margem de voto em relação aos seus adversários. Gonzaga Mota disputou pelo PMDB e foi o segundo colocado, recebendo 548.509 votos, ou seja, 21, 924 % do total de eleitores, enquanto Tasso obteve 1.569.110 de votos, 62, 718% da preferência do eleitorado.

Foi senador de 2003 a 2010. Candidato ao Senado nas eleições de 2010, não obteve vitória. Entretanto, elegeu-se em 2014 pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

CIRO FERREIRA GOMES (1991-1994)

Bacharel em Direito. Nasceu em 6 de novembro de 1957, em Pindamonhangaba, região do Vale do Paraíba, em São Paulo. Filho do ex-prefeito de Sobral, José Euclides Ferreira Gomes e da professora paulista, Maria José Santos Ferreira Gomes. Aos cinco anos de idade, a família retornou para Sobral, cidade de origem do seu pai.

Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará, é autor de três obras: *No País dos Conflitos* (1994); *O Próximo Passo – Ùma Alternativa Prática ao Neoliberalismo* (1995), em parceria com o professor Mangabeira Unger; e *Um Desafio Chamado Brasil* (2002).

Seu primeiro contato com a vida política deu-se por meio do movimento estudantil. Em 1979, concorreu às eleições da União Nacional dos Estudantes – UNE, quando disputou o cargo de vice-presidente pela Chapa Maioria. Aos 24 anos, teve assento como deputado estadual pelo Partido Democrático Social – PDS.

Em 1983, um ano após ser eleito, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Ainda no PMDB, em 1986, reelegeu-se deputado estadual. Em 1988, foi eleito prefeito de Fortaleza pela chapa Partido do Movimento Democrático Brasileiro/Partido Municipalista Brasileiro – PMDB/PMB, tendo Juracy Magalhães como vice. Nesse mesmo ano transferiu-se para o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Sua eleição, em 1988, foi marcada pela forte proximidade com o Governador Tasso Jereissati. Ligação esta que vinha se fortalecendo desde a campanha para o governo estadual de 1986, acentuando-se quando Tasso o escolheu como líder do governo na Assembleia Legislativa Estadual. Naquele momento, o objetivo era mediar a crise com os setores mais exaltados da sociedade, destacando-se, aqui, a relação com a então prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle, do Partido dos Trabalhadores – PT. Seu mandato na prefeitura não chegou a ser concluído. Em 1990, elegeu-se governador do Estado, apoiado por Tasso.

Aos 32 anos, Ciro Ferreira Gomes foi eleito governador do Estado do Ceará ainda no primeiro turno das eleições, tendo recebido 1.279.492, totalizando 44,18 % do eleitorado cearense. Apesar da vitória do grupo intitulado "das mudanças" ainda no primeiro turno, Ciro enfrentou uma dupla concorrência ao pleito, tanto pelo grupo da coligação Partido da Frente Liberal – PFL, Partido Democrático Social – PDS e Partido do

Movimento Democrático Brasileiro – PMDB que apoiava o candidato do Partido Democrático Social – PDS, Paulo de Tarso Lustosa da Costa, quanto pelo grupo formado pela coligação Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Socialista Brasileiro – PSB, Partido Comunista Brasileiro – PCB e Partido Comunista do Brasil – PCdoB, que apoiava João Alfredo Teles Melo, candidato do PT.

Em 1992, o governo passou a contar com a maioria na Assembleia Legislativa; do total de 46 deputados, 32 apoiavam a situação. Um aspecto a ser enfatizado em seu mandato foi o marketing utilizado para promover o turismo no Ceará.

Ciro Gomes deixou o cargo, em 1994, quando aceitou o convite para assumir o Ministério da Fazenda no governo do Presidente Itamar Franco. Candidatou-se à Presidência da República por duas vezes pelo Partido Popular Socialista – PPS, a primeira, em 1998; e a segunda, em 2002. No governo de Luis Inácio Lula da Silva assumiu o cargo de Ministro da Integração Nacional, agora sob a legenda do Partido Socialista Brasileiro – PSB. Em 2006, deixou o Ministério para concorrer às eleições da Câmara Federal pelo Ceará, na sigla do PSB, sendo eleito o deputado federal, proporcionalmente, mais bem votado do Brasil, com mais de 16% do total de votos.

Atualmente, filiado ao Partido Democrático Trabalhista – PDT.

FRANCISCO ADALBERTO DE OLIVEIRA BARROS LEAL

Filho de João Paulino de Barros Leal Filho e de Mariana Oliveira de Barros Leal. Nasceu em Baturité em 23 de janeiro de 1925 e faleceu em Fortaleza a 22 de dezembro de 1995. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Na qualidade de Presidente do Tribunal de Justiça, foi chamado a exercer o cargo de governador do Estado, em caráter definitivo, no período de 8 de setembro de 1994 a 8 de outubro de 1994, em face das renúncias do governador Ciro Gomes e do vice-governador Lúcio Alcântara. Transmitiu o cargo ao Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Francisco de Paula Rocha Aguiar, eleito pela Assembleia Legislativa para concluir o mandato do governador Ciro Gomes.

FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR (08.10 a 31.12.1994)

Filho de Murilo Rocha Aguiar (deputado constituinte de 1947) e de Maria Stela Rocha Aguiar. Nasceu a 4 de novembro de 1947, em Fortaleza. Fez seus estudos no Colégio São João, em Fortaleza, e formação acadêmica em Administração de Empresas, curso não concluído.

Suas atividades profissionais denotam experiência significativa de trabalho, principalmente, nas áreas de serviços público e privado, explicitados a seguir:

- Gerente Administrativo-Financeiro do Grupo Aplitec (1970-1973).
- Gerente Administrativo-Financeiro do Grupo Sul-América Seguros (1974-1977).
- Membro do Conselho Administrativo da Cagece (1983-1984).
- Membro do Conselho Superior Administrativo da Cohab (1985); e
- Diretor de Operações da Imprensa Oficial do Ceará - IOCE (1986).

Na Assembleia do Estado do Ceará, elegeu-se deputado para cinco legislaturas, a saber:

1º Mandato: de 1º de fevereiro de 1987 a 31 de janeiro de 1991.

- Deputado constituinte. Exerceu o cargo de 2º Secretário da Mesa Diretora no período de 1987-1988.
- 1988-1989 – presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
- 1989 – Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.
- 1989-1990 – presidente da Redação de Leis.
- Apresentou 23 Emendas na elaboração da Constituição de 1989.
- Membro titular da Comissão de Sondagens e Preposições na Constituinte de 1989.

2º Mandato: de 1º de fevereiro de 1991 a 31 de janeiro de 1995.

- 1991-1992 – vice-presidente da Comissão de Orçamento e Finanças.
- De 1993 a 1994 – presidente da Assembleia.

- De 8 de outubro a 31 de dezembro de 1994 – governador do Estado do Ceará, quando, como presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o governador Ciro Ferreira Gomes renunciou ao cargo para assumir o Ministério da Fazenda no governo do Presidente Itamar Franco.
- De fevereiro a abril de 1995 – líder do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.

3º Mandato: de 1º de fevereiro de 1995 a 31 de janeiro de 1999.

- De 1995 a 1998 – presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
- De 1995 a 1998 – vice-presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.
- De 1997 a 1998 – líder do Partido Popular Socialista - PPS.
- Em 1998 participou da CPI das carteiras de estudantes e da CPI, destinada a apurar irregularidades no pagamento dos benefícios dos aposentados rurais, ordenada pela Justiça.

4º Mandato: de 1º de fevereiro de 1999 a 31 de janeiro de 2003.

- De 1999 a 2003 – presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. e
- Em 2002 – membro titular da CPI destinada a apurar fraudes contra beneficiários do seguro obrigatório – DPVAT; e indicado pela Presidência da Casa para integrar, como membro titular, o Conselho de Ética Parlamentar.

5º Mandato: de 1º de fevereiro de 2003 a 31 de janeiro de 2007.

- De 2003 a 31 de janeiro de 2007 – presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
- De 2003 a janeiro de 2007 – membro titular da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.
- De 2003 a janeiro de 2007 – vice-líder do Governo.
- Em 2006 – presidente da CPI do Desmonte para apurar a dilapidação do patrimônio público nas prefeituras municipais do Estado do Ceará.

Exerceu, como governador do Estado do Ceará, a missão de assinar com o Presidente da República, o contrato de financiamento do Prodetur, e o Contrato de Financiamento, com o Banco Mundial, do Projeto Sanear.

Em 2006, Francisco Aguiar teve seu nome aprovado pelo Legislativo Cearense para o Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, onde

exerce a elevada função de conselheiro, por nomeação em 16 de junho de 2006. Posse: 18 de julho de 2006. Assumiu como presidente em 18 de janeiro de 2013.

BENEDITO CLAYTON VERAS ALCÂNTARA (Beni Veras) (2002)

Nasceu em Crateús-CE, a 18 de agosto de 1935, filho de Oswaldo Farias de Alcântara e Raimunda Veras Farias.

Foi casado com Vanda de Sousa Alcântara, com quem teve três filhos: José Cleyton de Sousa Alcântara, Lise Alcântara Castelo e Sérgio de Sousa Alcântara.

Iniciou os estudos na sua cidade natal, depois cursou o ginasial e o científico no Colégio Liceu do Ceará. Bacharelou-se em Administração de Empresas, na Universidade Estadual do Ceará-UECE. Foi professor nessa mesma universidade e na Universidade de Fortaleza-UNIFOR.

Nos anos de 1950, participou como revisor e colaborador do jornal "O Democrata", periódico do Partido Comunista Brasileiro-PCB.

Foi membro do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB, sendo um de seus fundadores e, em 1991-1992, ocupou a sua presidência regional no Ceará.

Sua inserção na vida política oficial iniciou-se quando nomeado pelo Governador do Estado do Ceará seu assessor especial, no período de 1987 a 1990.

Eleito Senador da República para o mandato de 1991 a 1999, teve participação em diversas Comissões, como a de Assuntos Sociais; a de Economia; a de Constituição, Justiça e Cidadania; entre outras.

No Poder Executivo, foi Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN-PR), de março a dezembro de 1994. Foi eleito, em 1998, Vice-Governador na chapa de Tasso Jereissati. Com a renúncia deste para disputar uma vaga no Senado Federal, Beni Veras assumiu o Governo do Estado do Ceará, no período de 5 de abril de 2002 a 1 de janeiro de 2003.

Beni Veras faleceu em Fortaleza, na manhã do dia 6 de novembro de 2015.

LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA (2003-2006)

Médico. Nasceu em 16 de maio de 1943, em Fortaleza. Filho do ex-governador Waldemar Alcântara e de Maria Dolores Alcântara e Silva. É casado com a escritora Maria Beatriz Rosário de Alcântara, com quem teve dois filhos. Formado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará. Com mais de quarenta obras publicadas, é titular da cadeira 26 da Academia Cearense de Letras, e titular da cadeira 18 da Academia Quixadaense de Letras; sócio honorário da Academia Cearense de Medicina e da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores; membro da Associação Brasileira de Bibliófilos e seu diretor de publicações; sócio efetivo do Instituto do Ceará; presidente do Instituto do Câncer do Ceará – ICC; presidente do Partido da República (PR) – Ceará.

Sua carreira de homem público começou cedo, aos 27 anos, como secretário de Saúde do Estado do Ceará (1971-1973), cargo que exerceu ainda por duas vezes: de 1975 a 1978; e de 1991 a 1992. Exerceu o cargo de secretário para Assuntos Municipais, no período de 1978-1979.

Nomeado prefeito de Fortaleza em 1979. A administração do prefeito Lúcio Alcântara desenvolveu-se com base em um modelo de organização espacial para o município que se configurou no Plano de Metas Governamentais para Fortaleza – 1979/83 (PLAMEG/Fortaleza). Foram criados os seguintes organismos: a Superintendência de Planejamento do Município (SUPLAM); o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA); Conselho de Desenvolvimento Urbano e Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor; o Fórum de Debates Adolfo Herbster; a Coordenadoria de Implantação; e o Conselho Coordenador de Obras. A defesa do meio ambiente e a preservação de áreas em vias de ocupação irregular e de destruição ambiental era uma preocupação central. Foram implantados: Parque Adahil Barreto às margens do rio Cocó; Parque Alagadiço, na Av. Sargento Hermínio; Parque da Lagoa do Opaia; Parque da Lagoa de Parangaba; Parque Presidente Geisel, dentre outros. A modernização administrativa, a valorização do servidor público (implantação do primeiro estatuto do magistério municipal no país), a valorização da arte e da cultura na capital eram alvos de atenção.

Em 1982, Lúcio Alcântara abdicou do restante de seu mandato para concorrer à Câmara Federal. Eleito e reeleito, cumpriu dois mandatos consecutivos, de 1983 a 1991. Na Câmara Federal, participou da elaboração da Constituição Federal de 1988. Foi vice-governador do Ceará no mandato de Ciro Gomes, de 1991 a 1994.

Em 1994, elegeu-se senador, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), com mais de um milhão de votos. No Senado, foi presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vice-presidente da Comissão Especial para acompanhar as ações de combate à Seca no Nordeste; e, ainda, membro das seguintes comissões: Comissão de Assuntos Sociais; Comissão de Educação; Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Autor e relator de projetos com importantes propostas, de elevado interesse público, como:

- Fundo de Combate à Pobreza.
- Bolsa-Escola.
- Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).
- Lei de Doação de Órgãos.
- Lei da Quebra do Sigilo Bancário e Fiscal.
- Lei de Crimes Ambientais.
- Lei dos Medicamentos Genéricos.

Em outubro de 2002, Lúcio Alcântara foi eleito governador do Ceará pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, após uma disputa acirrada com o seu adversário do Partido dos Trabalhadores – PT, José Airton. No primeiro turno das eleições governamentais de 2002, obteve maioria em 172 municípios cearenses enquanto seu adversário apenas em três (Fortaleza, Maracanaú e Icapuí). Entretanto, a disputa tornou-se equilibrada no segundo turno e Lúcio foi eleito com pouco mais da metade dos votos, 50,04 %.

Na eleição de 2006, candidatou-se novamente a governador do Estado. Não obstante seu governo contar com mais de 60% de aprovação popular. não foi reeleito; o fato não se converteu em votos. Contribuiu para isso apoios ao adversário, tanto de importantes líderes do PSDB, como do Presidente Lula, que, naquele período, gozava de grande aceitação junto ao povo.

CID FERREIRA GOMES (2007-2010 e 2011-2014)

Engenheiro Civil. Nasceu em 27 de abril de 1963, em Sobral, Ceará. Filho de José Euclides Ferreira Gomes e de Maria José Santos Ferreira Gomes. É casado com Maria Célia Habib Moura Ferreira Gomes. Desde muito cedo acompanhou a vida política de seu estado, já que tanto seu pai José Euclides Ferreira Gomes, ex-prefeito de Sobral na década de 1970, quanto seu irmão mais velho, Ciro Gomes, faziam parte do cenário político local.

Seus estudos foram iniciados em sua cidade natal. Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará. Quando estudante de Engenharia chegou a presidir o Centro Acadêmico do curso. A política partidária veio um pouco depois, aos 25 anos, quando concorreu pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB - à vice-prefeitura de Sobral pela chapa do candidato José Linhares.

Em 1990, foi eleito deputado estadual, exercendo na Assembleia o cargo de 1º Secretário da Mesa Diretora. No seu segundo mandato, em 1995, foi o mais jovem presidente da história do Legislativo Cearense, com apenas 32 anos de idade. Em 1996, como Presidente da Assembleia Legislativa, participou da Conferência Nacional de Assembleias Legislativas dos Estados Unidos e do Encontro de Integração de Jovens Políticos da América Latina e da Europa, realizado pela Fundação Konrad Adenauer.

Eleito duas vezes prefeito do município de Sobral. A primeira em 1996, pelo Partido da Social Democracia Brasileira, recebeu 41.605 votos, totalizando 64% do eleitorado. Em 2000, reelegeu-se com mais de 60% dos votos, desta vez, pelo Partido Popular Socialista. Em 2005, depois de terminado o mandato de prefeito, mudou-se para os Estados Unidos, Washington, D.C, a fim de exercer a função de consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, criando, assim, um hiato na sua trajetória política.

Ao retornar, em 2006, concorreu, pela primeira vez, a um cargo majoritário no estado, o de governador, tendo sido eleito no primeiro turno pela coligação "Ceará Volta para Crescer", formada pelos seguintes partidos: Partido Socialista Brasileiro, Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Republicano Brasileiro, Partido Progressista, Partido Humanista

da Solidariedade, Partido da Mobilização Nacional e Partido Verde. Foi eleito com mais de 63 % dos votos. Em outubro de 2010, reelegeu-se governador no primeiro turno, com os votos de 62,31% dos eleitores. Foi ministro da Educação do governo de Dilma Roussef, em 2015.

CAMILO SOBREIRA SANTANA (2015-2018)

Agrônomo. Camilo Santana nasceu em 3 de junho de 1968, no Crato, Ceará. Filho de Eudoro Santana e Emengarda Santana. Casado; mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará. Foi presidente do Centro Acadêmico de Agronomia e diretor do Diretório Central dos Estudantes – DCE da UFC.

Servidor público federal concursado do Ibama, ocupou a função de analista ambiental e professor do Curso de Saneamento Ambiental do Instituto – CENTEC - em Juazeiro do Norte, onde foi coordenador.

Candidato a prefeito da cidade de Barbalha (2000 e 2004). Em 2006, ajudou a coordenar, no Cariri, a campanha vitoriosa do Governador Cid Gomes.

É cidadão honorário dos municípios de Barbalha, Juazeiro do Norte e Quixeramobim.

Superintendente adjunto do Ibama no Ceará, em 2003 e 2004, e secretário do Desenvolvimento Agrário do Estado no governo de Cid Gomes, de 2007 a 2010.

Em 2010, em seu primeiro mandato, foi o deputado estadual mais votado do Ceará, com 131.171 votos. No segundo mandato do Governador Cid Gomes, foi secretário das Cidades; e, em 2014, elegeu-se governador do Ceará pelo Partido dos Trabalhadores.

Eleito governador no segundo turno das eleições de 2014.

Bibliografia

Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Hemeroteca do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).

Memorial do Tribunal de Justiça do Ceará.

ABREU, Júlio – *Fragmentos da História Política do Ceará*. Vitória da Conquista-Bahia: Gráfica Cruzeiro do Sul, [s.d.]

BELLO, José Maria. *História da República (1889-1945)* – Adenda 1945-1954. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

BRÍGIDO, João. *Ceará, homens e fatos*. Rio de Janeiro: Typ. Besnard – Fréres, 1917.

CASTELO, *Plácido Aderaldo Castelo.* História Política do Ceará. Fortaleza: Editora Jurídica Ltda, [s.d.].

CONSTITUIÇÃO Política do Estado do Ceará, anos 1891, 1892, 1921, 1925, 1935, 1945, 1947, 1967 e 1989.

COSTA, Cruz. *Pequena História da República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

DIÓGENES. Osmar. *Os clérigos católicos na Assembleia Provincial do Ceará (1834-1889)*. Fortaleza: INESP, 2015.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1962.

GUIMARÃES, Hugo Vítor. *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará (1835-1947)*. Fortaleza: Editora Jurídica Ltda, 1951.

JOB, Daniel Carneiro. *Revivendo o Passado*: homens e fatos que a história nem sempre registra. Fortaleza: [s.n.], 1986.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família Tradição e Poder*: o ocaso dos coronéis. São Paulo: Annablume/Edições UFC, 1995.

MOTA, Aroldo. *História Política do Ceará*: 1945-1985. Fortaleza: Stylus, 1985.

_____. *História Política do Ceará*: 1947-1966. Fortaleza: ABC Editora, 2005.

_____. *História Política do Ceará*: 1945-1947. Fortaleza: ABC Editora, 2001.

_____. *Governo Raul Barbosa*: 1950-1954. Fortaleza ABC Editora, 1997.

_____. *História Política do Ceará*: 1987-1991. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SOUSA, Eusébio de. Pela História do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XLVIII. p. 115-133. 1934.

SOUZA, Simone de. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

STUDART, Guilherme. *Datas e fatos para a História do Ceará*. 3 vols. Fortaleza: Typografia Studart, 1896.